

MANIFESTO ASSOCIATIVO 2.0

PÓS-COVID-19

Portugal enfrenta uma situação excecional que nos obriga a todos a um conjunto de novos desafios e de novas prioridades. Neste período de particular exigência para toda a sociedade, o Movimento Associativo Juvenil está a fazer a sua parte, crente de que juntos/as fazemos a diferença. Com o sentido de responsabilidade que caracteriza as associações juvenis, todos/as devemos ter um papel ativo, contribuindo para a proteção da saúde pública, para a contenção do surto epidemiológico e para ser parte da solução. Assim, a FNAJ reinventou-se para melhor cumprir a sua missão de representação e apoio ao associativismo jovem.

A Federação Nacional tem estado a trabalhar em parceria estreita com a Presidência da República, a Assembleia da República, a Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, o IPDJ, a Agência Nacional Erasmus+ JA, a Movijovem, os Municípios e decisores políticos, apresentando as dificuldades e constrangimentos das associações, mas também reivindicando medidas que garantam a sua sustentabilidade e preservem o seu potencial de inovação e criatividade social ao serviço do país.

O enorme impacto socioeconómico desta pandemia nas organizações de juventude, que viram as suas sedes sociais e os espaços culturais, recreativos e desportivos encerrados, bem como as suas atividades canceladas, adiadas ou altamente reestruturadas, conduziram a momentos dramáticos de instabilidade e vulnerabilidade. Ainda assim, as associações juvenis procuraram garantir a continuidade das suas atividades capacitadoras e geradoras de oportunidades para jovens, num gesto de enorme resiliência e esforço coletivo.

As atuais ferramentas tecnológicas e a capacidade criativa e empreendedora da juventude e das associações juvenis criaram novas realidades que estimularam a ação transformadora e multiplicadora de centenas de dirigentes associativos/as que já estão a mudar o mundo, começando nas suas comunidades.

A Federação Nacional das Associações Juvenis tem auscultado, de forma regular e direta, o Movimento Associativo Juvenil, diagnosticando, a cada instante, as necessidades dos/as jovens e das suas organizações que hoje enfrentam uma situação de que não há memória. Depois da criação do **Manifesto Associativo COVID-19 | 1.0**, procedemos à atualização desse documento, entrando numa nova fase de resposta direta ao período pós-pandemia, criando a **versão 2.0**.

Se num primeiro momento as organizações de juventude e os/as jovens voluntários estiveram na primeira linha de resposta aos impactos da Covid-19 nas suas comunidades, na atualidade, e face à enorme dificuldade de gerar receita e à perda de financiamentos pela impossibilidade de executar atividades, são exigidas respostas incisivas por parte da tutela.

ASSOCIAÇÕES JUVENIS

NOVAS PROPOSTAS DE MEDIDAS

- a) **Permitir que os Apoios Pontuais do PAJ** - Programas de Apoio ao Associativismo Juvenil do IPDJ, **contemplem a implementação de planos de contingência** adotados pelas associações juvenis para voltar à atividade, nomeadamente a aquisição de equipamentos e materiais necessários para a segurança e proteção dos/as jovens e a **auto-proteção dos edifícios** para que estes possam, ainda em 2020, acolher ações, devidamente ajustadas às atuais exigências;
- b) **Criar um *Simplex Jovem*** para reforçar a desburocratização e digitalização do acesso dos jovens às políticas de juventude (programas de apoio ao associativismo juvenil e aos jovens);
- c) **Diminuir a idade mínima dos participantes do programa Férias em Movimento** do IPDJ **de 10 para 6 anos**, como forma de apoiar as jovens famílias cujos pais e filhos podem encontrar neste programa um apoio prestado pelo IPDJ, através da resposta das associações juvenis, ainda em 2020;
- d) **Criar uma estratégia de comunicação nacional de incentivo à ação e motivação associativa, e de promoção da saúde mental**, com recurso aos Manuais Motivacionais da FNAJ em parceria com a Ordem dos Psicólogos Portugueses;
- e) **Adaptar a "Sexualidade em Linha"** para uma linha de apoio do IPDJ para os problemas relacionados com a saúde mental;
- f) **Garantir que nenhuma associação juvenil fique sem apoios** ou se veja impedida de aceder a programas devido ao incumprimento de prazos ou a dificuldades estruturais resultantes deste período de pandemia.

PROPOSTAS DE MEDIDAS QUE REITERAMOS

- g) **Criar um fundo de apoio ao movimento associativo juvenil** proveniente de projetos e programas do IPDJ que, impossibilitados de concretização em tempo útil e nos moldes tradicionais, veriam os recursos alocados a um fundo de emergência, assegurando a sustentabilidade do setor que se quer ativo e capaz durante e, principalmente, no pós-pandemia;
- h) **Permitir a recuperação do IVA nas associações** onde este imposto representa custos na compra de equipamentos;
- i) **Suspender o pagamento da TSU das associações juvenis** que são entidades patronais, durante o ano de 2020, desde que estas se comprometam a manter os contratos de trabalho atuais;

- j) **Isentar de taxas municipais** (IMI, taxas de água e luz, etc.) as associações juvenis, que prestam um apoio social à comunidade reconhecido, com sedes encerradas pelo estado de emergência e calamidade, nomeadamente durante os meses de março, abril e maio;
- k) **Conceder flexibilidade na execução de ações previstas nos Planos de Atividades** no âmbito de Programas de Apoio ao Associativismo Juvenil do IPDJ, permitindo:
- o a alteração de datas – flexibilizar cronogramas;
 - o o cancelamento de atividades;
 - o a modificação ou substituição de atividades canceladas por novas;
 - o a alocação de fundos de atividades canceladas para outras que se realizem;
 - o a validação de despesas de preparação com atividades canceladas;
 - o um aumento extraordinário da percentagem de custos com a estrutura (recursos humanos e despesas fixas das organizações) dos atuais 30% para os 40%;
 - o a redução do valor de autofinanciamento requerido às organizações para apenas 10% do valor atribuído por ação, devido à inevitável perda de receita;
 - o a dilatação do prazo para realização dos projetos aprovados e do prazo de entrega dos relatórios finais, nomeadamente do programa FORMAR+ (execução até novembro e entrega do relatório final até dezembro de 2020);
 - o o uso do histórico de execução do plano de atividades das associações juvenis relativo ao ano de 2019, nas candidaturas a efetuar para o ano de 2021, em vez do de 2020, visto as dificuldades em executar todas as ações.
- l) **Reativar ou reforçar programas de apoio à iniciativa jovem do IPDJ em 2021**, como:
- o FORMAR+, para um maior apoio à formação de jovens NEET;
 - o Jovens Criadores, para o apoio a jovens artistas;
 - o Empreende JÁ, para o apoio a jovens empreendedores para a criação de oportunidades de negócio e do próprio emprego;
 - o IDA, para o apoio a estágios nas associações juvenis;
 - o Cuida-te+, para a difusão de boas práticas de saúde mental entre a população jovem, permitindo para o efeito candidaturas de associações juvenis de base local a este programa.

JUVENTUDE

EDUCAÇÃO

A dificuldade em acompanhar o ensino à distância com recurso à tecnologia revela uma preocupação para com os/as jovens mais carenciados/as e vulneráveis, estando em causa o seu aproveitamento e a avaliação do seu percurso escolar, por falta de meios. O **abandono escolar** perante estas dificuldades pode aumentar, pelo que é importante agir na prevenção do mesmo.

PROPOSTAS DE MEDIDAS

- a) **Potenciar a intervenção das associações juvenis no acompanhamento ao estudo de alunos carenciados e na ação para uma cidadania plena e ativa pelos jovens**, através de métodos de *Digital Youth Work* e Educação Não Formal destas escolas de cidadania;
- b) **Repensar a escola pós-pandemia**, para que as aulas passem a ser espaços de debate de ideias e não apenas de exposição de conteúdos, estando em causa o desenvolvimento de jovens cidadãos cujas competências educativas são fundamentais concomitantemente com as capacidades de intervenção e inovação social;
- c) **Integrar a FNAJ no Conselho Nacional de Educação**, para reforçar a valorização de competências sociais na formação dos alunos, por meio da introdução de métodos de Educação Não Formal e de uma interação efetiva com associações juvenis, que se definem como espaços de excelência da iniciativa, ação e exercício de uma cidadania ativa e plena da juventude portuguesa;
- d) **Continuar a garantir o acesso aos equipamentos digitais** para que todas e todos os alunos tenham as mesmas oportunidades de aceder aos processos de ensino/aprendizagem à distância, neste período excecional, garantindo a digitalização universal do ensino;
- e) **Evitar a sobrecarga de trabalho dos/as jovens estudantes** com demasiada carga horária de aulas e trabalhos, impedindo os bons resultados escolares/académicos;
- f) **Valorizar o ensino informático e as tecnologias de informação e comunicação**, promovendo um ensino mais inovador, tecnológico e digital;
- g) **Garantir a equidade no sistema de avaliação curricular** permitindo que os/as alunas sejam avaliadas de forma justa, de acordo com as condições que tiveram ao ensino;
- h) **Alterar os Regulamentos das Bolsas de Estudo:**
 - 1. Ajustar os prazos de candidaturas de acordo com os calendários que estão a ser definidos para o corrente e próximo anos letivos;
 - 2. Alterar os regulamentos de acesso às Bolsas de forma a que sejam considerados, para efeitos de cálculo, os rendimentos do agregado familiar relativos aos primeiros 6 meses de 2020;
- i) **Garantir o necessário enquadramento aos Estágios** para que sejam realizados, retomados, prolongados (alargamento de prazos) ou reajustados a um formato digital, caso a caso.

EMPREGO JOVEM

Os/As jovens estão, pela sua condição, mais expostos/as às crises que comprometem a sua emancipação - a diminuição do desemprego jovem nos últimos anos alavancou uma independência financeira que está agora novamente comprometida.

PROPOSTAS DE MEDIDAS

- a) **Reforçar os programas de formação para jovens desempregados**, por via do IPDJ;
- b) **Promover um acesso facilitado a medidas de estágios e à contratação de jovens nas associações juvenis**, por meio do IPDJ – reforço do IDA;
- c) **Garantir a criação de programas de incentivo à criação do próprio emprego**, através de ferramentas de apoio e financiamento ao empreendedorismo jovem, por via do IPDJ – reativação do Empreende JÁ;
- d) **Promover o empreendedorismo jovem na ciência, na cultura, no associativismo e no desporto**, ativando a juventude para a resolução de problemas ao serviço do país;
- e) **Apostar nos processos digitalização, desmaterialização e reinvenção** em curso e que ganharam um novo folgo com a crise, potenciando a ação de uma jovem geração nativa digital, gerando novas oportunidades de negócio;
- f) **Aumentar o atual período experimental dos contratos** de trabalho de 6 meses para 12 meses, de forma a combater a precariedade laboral jovem;
- g) **Regulamentar o teletrabalho** de acordo com as novas realidades e reforçando os direitos digitais dos/as jovens neste contexto, garantindo o direito a desligar e evitando abusos das entidades patronais;
- h) **Garantir a proteção social das/os jovens** trabalhadores, nomeadamente dos/as que estão inseridos em empresas de trabalho temporário;
- i) **Criar um mecanismo de apoio extraordinário para jovens trabalhadores** independentes que viram a sua atividade cancelada ou reduzida em 40%, com o pagamento dos valores retroativos relativos ao início da pandemia;
- j) **Garantir o cumprimento das regras de proteção individual e fornecer os equipamentos de proteção** necessários à atividade das/os jovens trabalhadores;
- k) **Aumentar a fiscalização das entidades que contratam** jovens para evitar situações de inexistência de contratos de trabalho, de abuso e assédio laboral;
- l) **Garantir a renovação automática das prestações e apoios sociais aos jovens** durante o período da pandemia;
- m) **Criar mecanismos de incentivo à contratação jovem** com medidas de apoio às empresas que contratem jovens.

HABITAÇÃO

A conquista de uma habitação própria, maioritariamente através do aluguer, é símbolo maior da independência e autonomia conquistada pela juventude. A atual crise ameaça isso mesmo.

PROPOSTAS DE MEDIDAS

- a) **Alargar e reforçar as verbas alocadas ao programa Porta 65**, que garante o acesso a uma habitação por via de uma renda acessível;
- b) **Controlar os processos de despejo de jovens** com dificuldades no pagamento de renda, garantindo que nenhum jovem seja privado da habitação neste período de pandemia;
- c) **Garantir o acesso a alojamento por parte dos estudantes deslocados** ou possuidores de carências económicas provocadas pela Covid-19;
- d) **Permitir uma moratória especial do crédito habitação jovem** por um período de 6 meses;

SAÚDE E BEM-ESTAR

Perante uma quarentena necessária, muitos/as jovens veem afetada a sua saúde mental, com risco para a existência de quadros depressivos e instáveis devido ao isolamento e exclusão social entre pares, aumentada pela solidão a que estão sujeitos.

PROPOSTAS DE MEDIDAS

- a) **Reforçar a rede de apoio à saúde mental jovem**, através da contratação de mais profissionais nas instituições de ensino e no Serviço Nacional de Saúde, reforçando o Plano Nacional de Saúde Mental – a doença mental, depressão, isolamento e exclusão são algumas das perturbações mais detetadas neste período pandémico e que continuará a crescer num período pós-pandemia, especialmente junto dos jovens que se encontravam já em situações de vulnerabilidade;
- b) **Divulgar o apoio psicológico existente na Linha SNS24**, de forma incisiva e massiva;
- c) **Criar novos programas de literacia** em saúde mental junto de jovens;
- d) **Incentivar a adoção de estilos de vida saudáveis**, através de programas de promoção da prática desportiva e de uma alimentação equilibrada;
- e) **Reforçar e reestruturar o programa Cuida-te+** para que dê uma resposta adaptada a estas necessidades de promoção da saúde mental e do bem-estar jovem.

A Federação Nacional de Associações Juvenis, enquanto entidade representativa dos jovens e das suas organizações, espera uma **ação rápida e enérgica com ações concretas que minimizem o impacto desta crise no setor, através da criação de mecanismos de suavização do impacto de uma crise sem precedentes para esta jovem geração**, fustigada em 2008 pela Crise das Dívidas Soberanas, e hoje, em 2020, pela Crise da Pandemia Covid-19, que está já a colocar em causa todo o processo de emancipação jovem.

O presente Manifesto foi subscrito pela Direção da Federação Nacional das Associações Juvenis e pelos representantes das Federações Regionais e Distritais de Associações Juvenis de Base Local



do Alentejo, Algarve, Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Castelo Branco, Guarda, Leiria, Santarém, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.

A FNAJ considera imperativo precaver situações de precariedade no movimento associativo juvenil e de falta de acesso da juventude aos seus direitos, previstos no artigo 70º da Constituição Portuguesa, sendo, por isso, um dever conjunto da tutela e da FNAJ identificar e agir perante os problemas e na sua antecipação.

Muito agradecemos a atenção dispensada.

Ficamos disponíveis para qualquer esclarecimento que entendam necessário.

18 de maio de 2020, Viana do Castelo

O Presidente da Direção da FNAJ

/ Tiago Manuel Rego /



FNAJ Federação Nacional das Associações Juvenis

Rua do Almada, nº 679 1º - Salas 101 / 2 / 3 , 4050-039 Porto, PORTUGAL